



Magnus Auditores e Consultores Associados

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**AOS
CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES DA FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA**
Divinópolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA**, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fundação Geraldo Correa em 31 de dezembro de 2016, no desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME), e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, Resolução CFC nº 1.409/12.

Conforme descrito no Relatório de Administração, a **Fundação Geraldo Corrêa**, apresenta um descritivo de ações para recuperação econômico-financeira do seu patrimônio líquido, e que estão sendo implementados e executados pela Administração, contudo a **Fundação** apresenta incertezas quanto a sua capacidade de continuidade operacional.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos



Magnus Auditores e Consultores Associados

foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios Fiscais – Imunidade e Isenções

Conforme divulgado na nota explicativa 21, no decorrer do ano de 2016 a Fundação Geraldo Corrêa gozou de Imunidade e Isenções, em função da Fundação ser reconhecida como entidade filantrópica pelo Ministério da Saúde. Devido a extensão do benefício, consideramos esse tema um assunto relevante para a nossa auditoria.

- **Resposta da auditoria ao assunto**

No decorrer dos trabalhos de auditoria, realizamos testes que evidenciam que a Fundação dispõe de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde – CEBAS-SAÚDE com prazo de validade vigente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa



Magnus Auditores e Consultores Associados

base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



Magnus Auditores e Consultores Associados

condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, ao alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicado podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2017.


MAGNUS AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS
CRC-MG- 4.975

Mário Lúcio dos Reis
Contador CRC-MG nº 12.552/O-1


Regiane Márcia dos Reis
CONTADORA CRC/MG: 009424/O-5
CVM nº 14.051



Magnus Auditores e Consultores Associados

Fundação Geraldo Corrêa – HSJD

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e dezembro de
2015

FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA

BALANCETE PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em reais mil

ATIVO	Notas	2016	2015	PASSIVO	Notas	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.748	966	Empréstimos	10	5.214	1.772
Recursos vinculados	5	883	4.669	Fornecedores	11	34.868	33.972
Contas a receber de Clientes	6	11.301	16.499	Obrigações trabalhistas e sociais	12	25.703	13.774
Estoques	7	2.373	2.557	Obrigações tributárias	13	5.296	6.087
Aluguéis		38	30	Adiantamento de clientes	14	1.486	3.411
Adiantamentos	8	1.221	819	Convênios	15	1.016	1.608
Despesas antecipadas		5	6	Debitos a pagar vinculados	5	-	2.769
Outros		76	48	Outros circulantes	16	2.510	2.979
Total do ativo circulante		17.646	25.594	Total do passivo circulante		76.092	66.371
NAO CIRCULANTE				NAO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	9	737	338	Empréstimos	10	33.798	34.882
Imobilizado		39.519	43.483	Fornecedores	11	3.266	3.511
Intangíveis	9	5	5	Obrigações trabalhistas e sociais	12	5.329	5.282
Total do ativo não circulante		40.262	43.826	Obrigações tributárias	13	4.099	4.271
				Adiantamento de clientes	14	1.996	1.963
				Provisão para perdas e contingências	17	4.112	7.981
				Receita diferida	18	4.188	4.965
				Outros não circulantes	16	376	699
				Total do passivo não circulante		57.163	63.553
				PATRIMONIO LIQUIDO	19		
				Patrimônio social		6.534	6.534
				Reserva de reavaliação		7.482	8.316
				Déficit acumulado		(89.365)	(75.355)
				Total do patrimônio líquido		(75.348)	(60.505)
TOTAL DO ATIVO		57.908	69.420	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		57.908	69.420

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Augusto Augusto

Magnus
Magna Espiritualidade de São Paulo
Conselho - CRCMG 086.232/0
HOSP e OAB DF 17.111





Magnus Auditores e Consultores Associados

FUNDAÇÃO GERALDO CORRÊA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em reais mil

	2016	2015
Prestação de serviços hospitalares	73.852	82.168
Subvenções e Doações	19.837	21.439
Outras Receitas	4.494	3.912
Imunidades e isenções tributárias	12.097	12.146
Receita operacional	110.280	119.666
Custo dos serviços prestados	(94.013)	(98.869)
Superávit Bruto	16.267	20.796
Provisões para perdas	6.772	(3.969)
Despesas tributárias	(12.097)	(12.146)
Eventos indenizáveis / Ressarcimento ao SUS	325	433
Depreciações e amortizações	(3.971)	(3.606)
Outras despesas administrativas	(8.142)	(7.370)
	(17.114)	(26.657)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas .	(847)	(5.861)
Receitas financeiras	1.700	1.222
Despesas financeiras	(15.696)	(9.129)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(13.996)	(7.907)
Resultado do período	(14.843)	(13.767)

Maria Esmelinda de A. e Silva
Contadora CRCMG-088232/O-3
HOSP. S. JOÃO DE DEUS





Magnus Auditores e Consultores Associados

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2015
Valores expressos em reais mil

Descrição	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Deficits Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.534	8.316	(75.355)	(60.505)
Realização da reserva de reavaliação		(834)	834	-
Ajustes de exercícios anteriores			(14.843)	(14.843)
Superavit / (-) Deficit do exercício				
Saldo em 31 de dezembro 2016	6.534	7.482	(89.365)	(75.348)

M. Elias
Márcio Emanuel de A. e Silva
Contador - CRCMG 108222/0-2
HOSP. S. JOÃO DE DEUS





Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Geraldo Corrêa é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente e assistencial, sem fins lucrativos, com sede e foro em Divinópolis, reconhecida de Utilidade Pública Federal em 24 de Agosto de 1970 e Filantrópica com certificado emitido pelo Departamento de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social em Saúde (CEBAS-SAÚDE).

A Fundação tem por finalidade gerir o Hospital São João de Deus, em Divinópolis, bem como outros hospitais que vierem a ser incorporados pela Fundação, na condição de unidades mantidas. Em sua estrutura corporativa atual, o Hospital São João de Deus - HSJD é localizado no município polo da Macroregião Oeste, que possui mais de 1.2 milhões de habitantes, 6 microregiões e 54 municípios, sendo Hospital classificado como referência em Alta Complexidade para toda a região.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME), e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, Resolução CFC nº 1.409/12.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de fevereiro de 2017.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais, quando existentes:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas





Magnus Auditores e Consultores Associados

contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 9—Imobilizado, Intangível (Depreciação)

Nota 17 - Provisões para perdas e contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

(a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Fundação desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Fundação classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria “Outros passivos financeiros”. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são





Magnus Auditores e Consultores Associados

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

(b) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

✓ Máquinas e equipamentos hospitalares	10 anos
✓ Móveis e utensílios	10 anos
✓ Edificações	25 anos
✓ Instalações	10 anos
✓ Computadores e Periféricos	05 anos

(c) Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização.

(d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

• **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser





Magnus Auditores e Consultores Associados

estimados de uma maneira confiável.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

(e) **Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(f) **Receita**

- **Serviços**

A receita de serviços é proveniente principalmente de atendimentos hospitalares e ambulatoriais, sendo reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço contratado na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(g) **Receitas financeiras e despesas financeiras**

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

(h) **Determinação do ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a Fundação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2016	2015
Caixa	38	45
Bancos	1.075	9
Aplicações Financeiras (i)	<u>635</u>	<u>913</u>
	1.748	966

- (i) A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Fundação é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo correspondente a poupança.





Magnus Auditores e Consultores Associados

5 – Recursos Vinculados

	2016	2015
Recursos vinculados - ANS (a)	-	2.769
Pacientes Oncológicos (b)	492	494
Convênios Públicos (c)	391	1.406
	<u>883</u>	<u>4.669</u>

a) *Recursos vinculados – ANS* – São recursos vinculados a Agência de Saúde Suplementar – ANS que determina que as operadoras de Saúde, depositem as garantias financeiras no Banco do Brasil S.A. Foi realizada em Janeiro de 2014 a cessão da totalidade da carteira de beneficiários de plano de saúde à Fundação Irmão Diamantino. A Fundação Geraldo Corrêa criou uma obrigação no passivo (Débitos a pagar vinculados) de transferência deste saldo para a Fundação Irmão Diamantino, onde aguardava autorização da ANS para movimentação deste valor.

Nos meses de outubro e novembro de 2016 houve a transferência de valores a Fundação Irmão Diamantino totalizando R\$ 3.078 mil.

b) *Pacientes Oncológicos* – São recursos oriundos de ordens judiciais para adquirir medicamentos para pacientes oncológicos, estes valores são destinados a um paciente específico, não podendo ser utilizado para outro.

c) *Convênios Públicos* - Os convênios têm suas execuções previstas nos exercícios de 2016 e 2017, conforme o respectivo plano de trabalho e possuem suas contrapartidas reconhecidas no passivo como obrigação até que tenham o objeto do convênio realizado. As prestações de contas são realizadas periodicamente, de acordo com as premissas de cada convênio, e a administração das concedentes acompanham o andamento dos serviços executados sempre que julgarem necessário. Há saldos de recursos financeiros transferidos pelas concedentes, referentes aos convênios firmados e que deverão ser aplicados, exclusivamente, na execução das ações pactuadas. Ao término dos projetos, as sobras de caixas eventualmente apresentadas nas prestações de contas são devolvidas aos respectivos concedentes. Assim, tais recursos ainda não gastos são mantidos em conta bancária individualizada, aberta exclusivamente para este fim.

6 – Contas a Receber de Clientes

	2016	2015
SUS	8.860	11.750
Convênios	2.341	4.490
Particulares	838	749
Outros valores a Receber	246	212
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(983)	(703)
	<u>11.301</u>	<u>16.499</u>

Neste grupo estão registrados os valores a receber, decorrentes da prestação de serviços junto a diversos convênios e a receber do Sistema Único de Saúde, totalizando R\$ 11.301 Mil.





Magnus Auditores e Consultores Associados

O valor de R\$ 2.341 mil, a receber de convênios já esta deduzido o valor de provisão para perdas.

7 – Estoques

O estoque da fundação é composto da seguinte forma, para atender a demanda do hospital:

	2016	2015
Drogas e Medicamentos	939	1.506
Material médico Hospitalar	439	506
Material de Consumo Gerais	175	185
OPME's	208	207
Outros	541	154
Total	2.301	2.557

No estoque de drogas e medicamentos, temos o valor de R\$ 465 Mil referente a medicamentos oncológicos uso comum.

8 - Adiantamentos

São registrados nesta conta os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços e prestadores de serviços médicos, também co-participação plano de saúde e odontológico dos colaboradores.

Adiantamentos a Funcionários R\$ 364.385,28

Adiantamentos a Fornecedores R\$ 514.685,69

Adiantamentos Edif. Ir. Diamantino R\$ 341.648,58

9-Ativo imobilizado / Intangível

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos Hospitalares	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Outros	Intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.316	21.715	5.171	1.692	1.540	237	309	77.980
Adições		11	47		24		1	83
Alienações		(686)	(54)		(50)			(790)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>47.316</u>	<u>21.040</u>	<u>5.164</u>	<u>1.692</u>	<u>1.514</u>	<u>237</u>	<u>310</u>	<u>77.273</u>
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(17.217)	(11.262)	(2.938)	(1.125)	(1.472)	(174)	(304)	(34.492)
Depreciação no período	(1.887)	(1.433)	(452)	(121)	(69)	(9)	(1)	(3.972)
Alienações		614	50		50			714
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(19.104)</u>	<u>(12.081)</u>	<u>(3.340)</u>	<u>(1.246)</u>	<u>(1.491)</u>	<u>(183)</u>	<u>(305)</u>	<u>(37.750)</u>
Valor contábil								
Em 31 de dezembro de 2015	30.099	10.453	2.233	567	68	63	5	43.488
Em 31 de dezembro de 2016	28.213	8.959	1.824	446	23	54	5	39.523

Destaca-se a diminuição do ativo imobilizado em função da depreciação normal dos bens.

Destaca-se a baixa em equipamentos de processamentos de dados que aguarda investimentos em seu parque tecnológico.





Magnus Auditores e Consultores Associados

Destaca-se a baixa de 12 (doze) máquinas de hemodiálise sem condições de uso, conforme parecer técnico e ciência do Ministério Público.

10 - Empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do empréstimo com juros, que é mensurado pelo custo amortizado.

Instituição	Encargos financeiros	Início	Vencimento	Valor de face	2016	2015
Caixa Econômica Federal	TR + 1,35% a.m.	jun-15	jun-25	36.653.308	36.011.654	36.653.308
SicoobCredicom	CET 2,03% a.m.	mar/17	jul-17	3.373.536	<u>3.000.000</u>	
					39.011.654	36.653.308
				Circulante	5.213.764	1.771.547
				Não circulante	33.797.891	34.881.761

Circulante:

Dívida: R\$ 11.088.129,49 Encargos: R\$ 5.874.365,86

Não Circulante:

Dívida: R\$ 57.859.454,98 Encargos: R\$ 24.061.564,25

A Fundação possui empréstimo com a Caixa Econômica Federal que foi renegociado em junho de 2015, com as seguintes condições: Sobre o saldo devedor incidirão juros pós-fixados, representados pela composição da Taxa Referencial – TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida da taxa de rentabilidade de 1,35% ao mês, obtendo-se a taxa final calculada capitalizadamente até a data de liquidação do contrato. O Prazo total do contrato é de 120 (cento e vinte) meses, sendo 6 (seis) meses de carência, sendo devido e exigido a parcela de juros durante a carência.

Em dezembro 2016 foi realizado crédito junto ao SicoobCredicom – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área de Saúde de Minas Gerais, com as seguintes condições, carência de 84 dias, (5) cinco prestações, encargos pré-fixados de 2,03% ao mês.

11 - Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de Serviços Médicos	14.655	13.224
Fornecedores de materiais e serviços	14.915	18.702
Copasa	4.583	2.969
Cemig	3.980	2.588
Total	<u>38.134</u>	<u>37.483</u>
Circulante	34.868	33.972
Não Circulante	3.266	3.511





Magnus Auditores e Consultores Associados

12 – Obrigações Trabalhistas

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas:

	2016	2015
Salários a pagar	1.811	1.777
Encargos a pagar (b)	5.268	2.923
INSS retido a pagar (c)	7.155	4.470
Provisão de Férias, 13º e encargos	4.197	3.415
Parcelamentos - FGTS / INSS / PIS (a)	5.888	6.078
Rescisões a Pagar	151	348
Outros (c)	1.233	44
Total	25.703	19.056
Circulante	20.374	13.774
Não Circulante	5.329	5.282

- (a) O Parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que foi negociado em janeiro de 2015 com a Caixa Econômica Federal, sendo a amortização em 180 parcelas mensais e consecutivas, incidindo juros de 3% ao ano e atualização monetária de acordo com edital (índice) específico para essa finalidade, publicado mensalmente pela Caixa Econômica Federal.
O Parcelamento do PIS folha de pagamento e INSS retido na fonte junto a Receita Federal do Brasil sendo a amortização em 60 parcelas mensais e consecutivas, incidindo multa de 20% e juros de 1% da dívida original, por ocasião do pagamento será acrescido de juros equivalentes a taxa Selic, e juros de 1% relativamente ao mês de pagamento.
- (b) Saldo devedor Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), janeiro de 2015 a agosto 2016 e PIS folha de pagamento em aberto outubro de 2015 a agosto de 2016, aguardando negociação de parcelamento.
- (c) Saldo devedor Imposto de Renda retido em aberto de abril 2015 a agosto 2016 e Contribuição Previdenciária retida na fonte em aberto setembro 2014 a agosto de 2016, aguardando negociação de parcelamento.

13 – Obrigações Tributárias

As obrigações e os parcelamentos tributários referem-se principalmente de impostos retidos de terceiros e são apresentados a seguir:





Magnus Auditores e Consultores Associados

	2016	2015
Imposto retidos a recolher	10.616	5.781
Parcelamentos (a)	4.440	4.577
Total	15.056	10.358

Circulante	10.958	6.087
Não Circulante	4.098	4.271

- (a) Os Parcelamentos referem-se adébitos junto a RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) vencidos até 31 de dezembro de 2013 autorizados pela lei 12996 de agosto de 2014. Estão incluídos débitos de impostos retidos na fonte e PIS folha de pagamento. Os débitos foram parcelados em 180 meses e 60 meses. Os valores são atualizados mensalmente.

14 – Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos são representados da seguinte forma:

	2016	2015
Unimed Divinópolis	927	3.411
Universidade de Itaúna	2.554	1.963
	<u>3.482</u>	<u>5.374</u>
Circulante	1.486	3.411
Não circulante	1.996	1.963

Os adiantamentos da Unimed Divinópolis, são compostos por adiantamentos pela prestação de serviços médicos hospitalares, valores estes descontados nas faturas a receber do convênio.

Os adiantamentos da Universidade de Itaúna refere-se à antecipação de valores conforme Contrato de cooperação Mútua entre as partes.

15 – Convênios Públicos

A Fundação possui hoje vários convênios em execução, conforme abaixo:

	2016	2015
Convênio 751043/2010 - Acelerador linear	-	56
Convênio 1595/2012 - Equip. UTI	938	836
Convênio 765977/2011 - Renovação	-	361
Convênio 762335/2011 - Renovação	-	120
ProHosp - Divs	28	185
Outros	50	50
Total:	1.016	1.608





Magnus Auditores e Consultores Associados

Os convênios têm suas execuções previstas nos exercícios de 2016 e 2017, conforme o respectivo plano de trabalho e possuem suas contraprestações reconhecidas no passivo como obrigação até que tenham o objeto do convênio realizado. As prestações de contas são realizadas periodicamente, de acordo com as premissas de cada convênio, e a administração das concedentes acompanham o andamento dos serviços executados sempre que julgarem necessário.

Há saldos de recursos financeiros transferidos pelas concedentes, referentes aos convênios firmados e que deverão ser aplicados, exclusivamente, na execução das ações pactuadas. Ao término dos projetos, as sobras de caixas eventualmente apresentadas nas prestações de contas são devolvidas aos respectivos concedentes. Assim, tais recursos ainda não gastos são mantidos em conta bancária individualizada, aberta exclusivamente para este fim.

No mês de dezembro 2016 foi realizada uma transferência no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) da conta bancária 3627-6 Caixa Econômica Federal, referente ao Convênio 1595/2012 para a conta 900089-4 Caixa Econômica Federal, de movimentação livre da instituição.

O valor será reembolsado a conta de origem, corrigido de juros, tão logo a instituição possua disponibilidade financeira. Esta ação se fez necessária em função da necessidade de recursos para pagamento do décimo terceiro dos colaboradores.

16 – Outros Passivos

São registradas nesta conta, valores de curto e longo prazo, principalmente a provisão de sinistros a liquidar de ressarcimento ao SUS, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS são parcelamentos de 60 meses. Esta obrigação era da operadora, as obrigações da operadora, não são ilididas com o pedido de cancelamento, permanecendo as de caráter financeiro oriundas de multas, ressarcimento ao SUS e taxas de saúde suplementar.

17 – Provisões para Contingências

A Fundação registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme a seguir:

Total de causas prováveis de perdas conforme assessoria jurídica soma o valor R\$ 33.317.382,08 sendo que já temos registrado em nosso passivo de fornecedores e obrigações trabalhistas e impostos retidos na fonte o valor de R\$ 29.205.043,01, sendo registrado em conta específica de contingências passivas o valor de R\$ 4.112.339,07.

Trabalhistas: Os processos de natureza trabalhistas relacionam-se em sua maioria a ações movidas por ex-funcionários.

Quanto às causas possíveis, representam um montante de R\$ 4.758 mil.

18 – Receitas Diferida

Representa principalmente, a aquisição de bens adquiridos com recursos de convênios, dentre eles a aquisição do Acelerador Linear. Estes recursos de convênios, quando adquirimos o bem associado às condições do convênio, são reconhecidos como receita diferida e posteriormente reconhecida no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.





Magnus Auditores e Consultores Associados

19 – Receitas

Demonstramos abaixo a composição das receitas da Fundação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade, ligadas à área da saúde. A imunidade e as isenções tributárias são detalhadas na Nota Explicativa nº 21

	2016	2015
SUS	40.107	43.730
Saúde suplementar	31.582	36.674
Particulares	2.162	1.765
Subtotal de serviços hospitalares	<u>73.852</u>	<u>82.168</u>
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde - INTEGRASUS	1.542	1.799
Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qual. dos Hosp. do SUS - PROHOSP	2.128	2.935
Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC)	5.531	9.813
Rede Resposta	400	3.997
Outros incentivos	9.976	2.896
Subtotal de Subvenções Hospitalares	<u>19.578</u>	<u>21.439</u>
Total de serviços hospitalares	<u>93.429</u>	<u>103.608</u>
Doações	2.663	2.039
Outras receitas	2.091	1.873
Total de outras receitas	<u>4.753</u>	<u>3.912</u>
Imunidade e isenções tributárias (Nota 21)	<u>12.097</u>	<u>12.146</u>
Total das receitas	<u>110.280</u>	<u>119.666</u>

Nos meses de março a maio foi recebido incentivo no valor de R\$ 4.501.750,00, referente à resolução SES/MG 5147 de fevereiro de 2016.

No mês de outubro foi recebido incentivo no valor de R\$ 4.296.000,00, referente à resolução SES/MG 5437 de 23 de setembro de 2016.

20 - Despesas

	2016	2015
Custo com pessoal	43.279	38.757
Custo com materiais	19.782	19.249
Custo com serviços médicos e terceiros	32.785	33.632





Magnus Auditores e Consultores Associados

Outros custos	10.027	9.378
	105.873	98.969

21 – Imunidades e Isenções

Os impostos e as contribuições sociais que não recolhidos em 2016, em razão das imunidades e isenções tributárias da Fundação, foram os seguintes:

	2016	2015
INSS patronal	7.643	7.246
COFINS	2.945	3.226
ISSQN	1.477	1.643
IPTU	31	31
Isenções tributárias e previdenciárias	12.097	12.146

22 - Coberturas de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A entidade possui hoje um contrato de seguro, com vigência até 21/02/2017, com a seguradora Tokio Marine Seguradora através da apólice nº 960 0000200048, para coberturas decorrentes de sinistros com danos materiais que consideram suficientes para o risco de eventuais perdas.

23 - Filantropia

A Fundação Geraldo Corrêa dispõe de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde – CEBAS-SAUDE com validade até 31/12/2018 conforme a Portaria 1.537 de 31/10/2016. A Entidade para usufruir dos benefícios da filantropia está sujeita ao cumprimento dos dispositivos da lei 12.101/2009, regulamentada pelo Ministério da Saúde pela Portaria 1.970/2011 que dispõe sobre o Processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAUDE) cujo Art. 32 dispõe que a opção de oferta do percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS. O valor apurado será por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS, este último no percentual máximo de 10%. O Art. 33 estabelece que ao percentual total da prestação de serviços para o SUS poderá ser adicionado o índice percentual de 1,5% (um e meio ponto percentual), para cada ação abaixo discriminada, relacionadas no Plano de Ação Regional: I - atenção obstétrica e neonatal; II - atenção oncológica; III - atenção às urgências e emergências; IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e V - hospitais de ensino.

a) Serviços Prestados - Internações:





Magnus Auditores e Consultores Associados

	Exercício findo em			
	31/12/2016		31/12/2015	
	Quant.	%	Quant.	%
Pacientes dia - SUS	52.519	64,37%	55.183	63,34%
Pacientes dia - Não Sus	29.073	35,63%	31.934	36,66%
Total	81.592	100,00%	87.117	100,00%

Fonte: Sistema MV

b) Serviços Prestados - Ambulatoriais:

Procedimentos - SUS	168.664	58,65%	96.716	62,89%
Procedimentos- Não Sus	118.894	41,35%	57.064	37,11%
Total	287.558	100,00%	153.780	100,00%

Fonte: Sistema MV

c) Percentual de cumprimento do Cebas - Saúde:

	Exercício findo em	
	31/12/2016	31/12/2015
	%	%
Internações (paciente-dia)	64,37%	63,34%
Atendimentos ambulatoriais(máximo 10%)	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias (atenção obstetricia e neonatal)	1,50%	1,50%
Ações Prioritárias (Oncologia)	1,50%	1,50%
Total	77,37%	76,34%

Fonte: Sistema MV

24 - Eventos Subsequentes

Ainda no início de 2017, projeta-se o recebimento de incentivos estaduais então previstos para dez/16, além da continuidade e recebimento dos incentivos pactuados com União, Estado e Município, a saber: Incentivo Estadual (Resolução 4.944/15), Rede Resposta, ProHosp, Rede Cegonha, Incentivo de Qualificação de Gestão Hospitalar e Ambulatorial, IntegraSUS, Buxo Maxilo e Incentivo Municipal.

Projeta-se, ainda, o ajuste no repasse do faturamento de Média e Alta Complexidade, recurso de origem federal repassado pelo Fundo Nacional de Saúde ao Município. atualmente realizado na competência incorreta.


Maria Esmeralda de A. e Silva
Contadora - CRCMG 085232/0-2
HOSP. S. JOÃO DE DELÍCIA





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 14 de setembro de 2016, teve início os trabalhos de diagnóstico e gestão do Hospital em referência, sendo Elis Regina Guimarães, como Superintendente e Jomara Alves da Silva, como Consultora Sênior, por meio da empresa Perspectiva Consultoria e Assessoria, empresa da qual é Diretora Executiva. Os trabalhos foram iniciados após convite feito por meio dos Promotores de Justiça Gilmar Assis e Nélcio Costa Dutra Júnior, que na ocasião, estavam iniciando Processo de Intervenção no HSJD. Esta nova Intervenção veio suceder anterior processo de Intervenção no Hospital, porém em formato mais amplo, com participação do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde – SES-MG, Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis – SEMUSA, fortalecendo o compromisso dos entes responsáveis pelos repasses dos recursos públicos do Sistema Único de Saúde – SUS.

Cabe ressaltar que até a chegada da nova gestão, o hospital não realizava o pagamento integral ao Corpo Clínico, salários e ordenados eram pagos com atraso aos seus colaboradores, o faturamento SUS e Saúde Suplementar apresentava histórico de queda acentuada, bem como a taxa de ocupação do hospital, então com 69% para 287 leitos. O HSJD não possuía, ainda, planejamento estratégico, planejamento orçamentário e fluxo de caixa mensal e anual. Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento apresentavam grande ociosidade, assim como o Centro Cirúrgico, além de sérios problemas processuais, de infraestrutura, de qualidade e segurança, de gestão de suprimentos, de gestão hospitaleira, dentre outros.

Apesar das demonstrações financeiras apresentarem um resultado negativo da ordem de R\$ 14.8 milhões, deve-se ressaltar que o resultado seria significativamente pior caso a tendência diagnosticada em setembro/16 fosse mantida, sem a implementação de um novo modelo de gestão. De forma sucinta, exemplificamos algumas ações ainda em 2016 que contribuíram para amenizar o resultado ainda no exercício:

- Recebimentos efetivos de incentivos estaduais previstos para o HSJD, perfazendo R\$ 4.696.000,00 (sendo R\$ 4.296.000,00 de incentivo estadual, somados a R\$ 400.000,00 da Rede Resposta – a ser implementado no primeiro semestre de 2017);
- Reversão de devedores duvidosos e contingências passivas no valor de R\$ 6.943.210,21.

Considerados somente os itens relatados acima, o resultado do exercício de 2016 teria sido superior a (R\$ 26 milhões). Ressalta-se, ainda, que o resultado apurado para 2016 não contempla o recebimento de R\$ 1.832.000,00, referentes a incentivos estaduais cujo repasse não foi realizado no mês de competência pactuado (dez/16).

Não obstante o curto intervalo de tempo, várias outras ações foram iniciadas neste novo ciclo de gestão do HSJD. De forma sucinta, destacamos:

- A retomada do pagamento em dia para o Corpo Clínico e colaboradores do Hospital, a retomada de vários serviços e atividades;
- As negociações para a implantação da Rede de Urgência e Emergência, o novo Planejamento Estratégico com visão 2017-18, com redefinição de identidade organizacional, diretrizes e objetivos estratégicos, indicadores e portfólio de iniciativas;





Magnus Auditores e Consultores Associados

- A ampliação do número de leitos ainda em 2016, passando de 287 para 325 (ampliando 10 leitos de CTI adulto);
- O aumento da Taxa de Ocupação, passando de 69% para 74% em dez/16 (mesmo com a ampliação de leitos), com crescimento de 26% no número de pacientes-dia, comparado a setembro (5.816 pacientes-dia) com dezembro do mesmo ano (7.317 pacientes-dia);
- Aumento no número de internações, passando de 1.189 em set/16 para 1.349 em dez/16 (13.5% de aumento).
- Retomada do crescimento nas receitas operacionais no último trimestre (9.4%), bem como no número de cirurgias (de 882 em set/16 para 1.385 em dez/16);

Assim, os resultados econômico-financeiros do HSJD, segundo o diagnóstico realizado, e segundo os resultados já alcançados em apenas 4 meses desde a nova intervenção realizada, demonstram uma tendência promissora para que o Hospital possa atender a sua vocação: ser reconhecido como Hospital de referência para Alta Complexidade, Urgência e Emergência da Macrorregião Oeste, com resolutividade.

Apesar dos passivos, do alto grau de endividamento, da imagem bastante comprometida do Hospital, dos problemas identificados no diagnóstico, considerando as características e o potencial do HSJD, as ações já implementadas e as agendas em andamento de melhoria na gestão do Hospital, os primeiros sinais de recuperação da imagem do Hospital, da ampliação do atendimento, da produção hospitalar e ambulatorial e das receitas operacionais, e da redução de despesas operacionais, é possível afirmar que a tendência prevista para os resultados assistenciais, econômicos e financeiros para 2017 são muito promissores e positivos, conforme proposta orçamentária e fluxo de caixa, projetados para 2017.

Geraldo Lucas Lamounier
Secretário Executivo
Comissão Interventiva - HSJD

Elis R. Guimarães
Superintendente
HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS

